



O anel de Giges e o popular jeitinho brasileiro

Thiago dos Anjos Noletto Barros

Em *A República*, livro II, 359b-360b, Platão narra, a partir do diálogo entre Glauco, seu irmão, e Sócrates, seu prestimoso mestre, aquilo que ficou conhecido como a narrativa do “Anel de Giges”. Nela, relata-se que um pastor, denominado Giges, encontrou um anel preso a um cadáver no interior de um cavalo de bronze oco, após uma tempestade e um tremor de terra que fendeu o solo onde ele se encontrava pastoreando um rebanho. Ao retirar o anel do defunto, Giges colocou-o no dedo e, ao se juntar aos outros pastores, percebeu que todas as vezes que ele posicionava o engaste do anel para o interior de sua mão, ele ficava invisível; da mesma sorte, ao posicionar o engaste para fora, passava a ficar exposto à visão de seus companheiros. Ou seja, o anel lhe deu o poder de ficar invisível ou de se ocultar das pessoas tantas vezes quantas forem necessárias, condição que fez Platão nomear o ocorrido como o momento em que Giges se tornou “senhor de si¹”. A narrativa quase episódica é concluída por uma tragédia: de posse deste poder inaudito, Giges se intromete nas questões políticas de sua época, tomando à força e violência o governo, ao assassinar o rei, passando-se por um dos delegados que o acompanhavam, numa trama que envolvia até a deslealdade da esposa do monarca.

Na sequência dos passos (*Livro II*, 360b-d), sugere-se que se dois homens, um justo e um injusto, tivessem a oportunidade de, cada um, utilizar um anel como aquele, ambos não teriam limites e iriam “fazer tudo o mais entre os homens, como se fosse igual aos deuses²”, culminando no mesmo destino. Evidentemente, a questão que se coloca é que a justiça e a moral podem não ser fruições naturais da vontade boa nos homens, mas sim conveniências demandadas por regras de

¹ PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª ed. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Livro II, 360a.

² *Ibid.*, Livro II, 360c.

convivência. Nesse limiar, o problema da ética se eleva e o tópico a respeito dos limites e condições da liberdade acompanha, ademais seriam os esforços morais de adequação meramente performáticos em razão dos acordos socialmente estipulados e não indicativos de uma inclinação subjetiva para o bem? Embora a narrativa do anel de Gíges seja um registro de Platão sobre a perversidade moral humana que, sob a condição de suspensão da condenação e/ou permissão da injustiça, cada vez mais se avulta, pode-se, de maneira aplicativa, arrazoar que seu enredo reflete a contemporaneidade, mais especificamente a agenda do dia da cena brasileira, na qual não são poucas as tentativas de ocultar os embaraços morais ou a hediondez pessoal mediante despistes.

A literatura e o ideário popular, inclusive, cunharam um termo que ilustra essa conduta pertinaz: o “jeitinho brasileiro”. No consciente coletivo ou na opinião vulgar, refere-se não a um traço de nobreza de caráter que remonta a uma elevada identidade nacional ou conduta louvável comunitariamente compartilhada, antes, porém, trata-se da alevisia comportamental de em tudo querer auferir vantagens, não importando os meios utilizados. O “jeitinho brasileiro”, então, configura-se, nesse sentido bastante peculiar, como uma conduta moral repreensível. Evidentemente essa não é a única maneira de abordar o tema. Há perspectivas positivas e críticas como aquela desenvolvida na tese *O jeito do corpo e o jeitinho brasileiro*, de Fernanda Carlos Borges, na qual se considera o jeitinho como “uma afirmação da radicalidade do jeito, implicando uma cosmovisão corporada, em um projeto de cultura e numa filosofia do jeito³”, assumindo-o, assim, como uma atitude comunicativa que se expressa pela elaboração dos aspectos cognitivos e culturais do povo brasileiro. Até mesmo o teólogo Lourenço Stelio Rega, cujo livro “Dando um Jeito no Jeitinho – Como ser ético sem deixar de ser brasileiro⁴” é uma crítica expressiva a esse “jeitinho”, chegou a afirmar que “nem todo jeito é negativo. A inventividade e a criatividade são algumas das facetas mais relevantes do lado positivo do jeito⁵”.

Dito isso, a relação entre o mito do anel de Gíges e o sentido de “jeitinho brasileiro” assumido neste breve ensaio se dá numa dimensão eminentemente ética, embora pontual e não exaustiva. Isto é, não envolve uma análise rigorosa da identidade nacional e cultural e nem mesmo suas expressivas manifestações ao longo da história – tarefa que demandaria um esforço colossal e, por óbvio, um espaço bem maior do que o pretendido para essa exígua exposição. É apenas um *insight* ligeiro e provocativo que atine certo conjunto de comportamentos mais ou menos naturalizados, o qual, na

³ BORGES, Fernanda Carlos. **O jeito do corpo e o jeitinho brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2015, p. 42. (grifo da autora)

⁴ REGA, Lourenço Stelio. **Dando um jeito no jeitinho**: como ser ético sem deixar de ser brasileiro. 1ª Ed. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2000.

⁵ REGA, Lourenço Stelio. Como dar um jeito no jeitinho brasileiro? Teologia Brasileira. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/como-dar-um-jeito-no-jeitinho-brasileiro/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

surdina, pode se manifestar em vias tão terrificantes que seu único freio parece ser a construção coletiva da sociedade, dialeticamente edificada e pedagogicamente instruída. É como se, por um lado, a dimensão prática da nossa liberdade, que se encontra condicionada em alguma medida por convenções sociais prévias, ganhasse com isso a contenção necessária contra a radical animalidade latente à natureza humana. O que, por outro turno, reclama um pessimismo no que tange a qualquer expectativa de aperfeiçoamento moral apelando exclusivamente ao aspecto intimista ou subjetivo, quer dizer, que o indivíduo por si mesmo e independente de qualquer influência externa desenvolva plenamente sua consciência moral.

Não é desvairada, portanto, a concepção de que os impetuosos – e, não raro, conflitantes – comportamentos morais ganhem algum nível de ajuste no arranjo completo da sociedade, visto que as forças antagônicas que parecem concitar o ânimo individual encaram resistências quando outras liberdades estão posicionadas. Esse suposto arranjo não é realizado de modo espontâneo ou sem causa, antes, porém, parece exigir algum processo educativo que, ao disciplinar as mais variadas disposições particulares, promova sua organização de modo a preconizar o bem comum. Esta hipótese endossa que a educação, enquanto instrução, cuidado e formação⁶, tem a função não apenas de levar o indivíduo à civilidade, apartando-o de sua instintividade primitiva, mas também a espécie à humanidade. Como escreveu Kant: “O ser humano só logra se tornar ser humano mediante educação. Ele não é outra coisa senão o que a educação faz de si. Note-se que o ser humano só é educado por seres humanos; por seres humanos que são também educados⁷” e, mais adiante, reforça:

A educação é uma arte cuja prática tem de ser aprimorada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre mais apta a promover uma educação que desenvolva todas as disposições naturais do ser humano proporcionalmente e de forma apropriada, e que assim conduza toda a espécie humana ao seu destino.⁸

É o esforço contínuo dos indivíduos, influenciados pelo processo educativo, que conduz a sociedade ao aprimoramento de sua ordem, respeitando as liberdades e fortalecendo a consciência moral. Entretanto, a questão do “jeitinho brasileiro” no contexto do dilema do anel de Gíges ainda mantém sua complexidade, dado que a interioridade humana alberga intenções tão diversas e aleivasas que a

⁶ Para uma exposição mais clara dessa perspectiva pedagógica, veja a *Introdução do Sobre a Pedagogia*, de Immanuel Kant, p.9-25. É preciso destacar que a escolha dessa perspectiva é meramente didática. Isto é, não há interesse de considerá-la como normativa ou exclusiva, apenas como recorte ilustrativo e didático, apesar de sua reconhecida atratividade e eloquente consistência.

⁷ KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021, p.12.

⁸ *Ibid.*, p. 15.

oportunidade de realizá-las sem responsabilidade, sem receio de consequências, pode seduzir até o mais comedido indivíduo, afinal, na esfera ética, não há garantias mecânicas ou exatidões matemáticas. Assim, o problema moral levantado é ocasião de reflexão filosófica pela tensão existente entre o público e o privado, entre a liberdade e responsabilidade, entre sociedade e o indivíduo, entre a ética e a política.

A narrativa do anel de Gíges, enfim, coloca a questão do “jeitinho brasileiro” no proscênio ético e acende as luzes de foco sobre ele, afinal se a ardilosa capacidade de conseguir vantagens, legítimas ou não (quase sempre nesse segundo caso), fosse algo que não demandasse alguma oportunidade específica, mas se estabelecesse numa naturalidade absurdamente livre, o “jeitinho” não seria uma “exceção criativa”, mas sim a resposta natural ao caso. Ou seja, não se trataria de uma conduta específica frente a uma oportunidade, antes um movimento natural da dinâmica humana. Até aqui, como se nota, o liame entre os tópicos em comparação se realiza pela via denunciativa, isto é, no agravamento da crise moral. O que, dado o contexto brasileiro, seria a promoção mais sofregamente popular. Entretanto, é possível também fazer uma reflexão positiva, quase expiatória, sobre esse paralelo. Não seria a condição de plena liberdade de fazer o que quiser e de expressar o “jeitinho” como e quando quiser, numa suspensão absoluta de julgamentos ou punições, uma oportunidade de avaliarmos nossos “móviles” e, assim, numa espécie de serendipidade moral descobriremos um caminho melhor do que aquele imposto pelo hábito? Dessa forma, talvez, seria possível reescrever o antigo adágio como: vão-se os anéis e ficam os “jeitos”.

Dito de outro modo, uma condição de liberdade que oportunize ações sem a preocupação de responsabilização, não poderia, ao custo de não poucos revezes ao longo do tempo e das circunstâncias, apontar uma direção qualitativa interessante para as escolhas e atos morais? Sua extensão no tempo, nesse caso, não serviria como laboratório para escolhas e atitudes mais assertivas, isto é, aquelas recomendadas pelos numerosos testes no processo? Se for congênita à humanidade a vontade de evitar o sofrimento e a dor e, em seu lugar, mover-se em busca pela felicidade, como advogam os utilitaristas, é de se considerar, então, a possibilidade de que o acúmulo de infortúnios resultantes desse uso não equilibrado da liberdade possa direcionar uma perspectiva mais otimista destes atos em razão do senso de autopreservação. Isto é, dada a necessidade de manutenção da espécie – que inclui algum nível de preservação do indivíduo – as escolhas e os atos que a conservem serão preferíveis àqueles que encetem sua dizimação. Evidentemente que isso é um exercício de conjectura filosófica que, decerto, carece de uma constatação prática ou objetiva, mas que o simples fato de se afigurar como possibilidade já será importante enquanto via reflexiva.

Referências

BORGES, Fernanda Carlos. **O jeito do corpo e o jeitinho brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 140p. 2005.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª ed. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

REGA, Lourenço Stelio. **Dando um jeito no jeitinho**: como ser ético sem deixar de ser brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2000.

REGA, Lourenço Stelio. Como dar um jeito no jeitinho brasileiro? **Teologia Brasileira**. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/como-dar-um-jeito-no-jeitinho-brasileiro/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

Autor:

Thiago dos Anjos Noletto Barros

Doutorando e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Dom Heitor Sales (FAHS) e Bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Teologia pela Faculdades EST (EST) e com graduação livre (intracampus) em Teologia pelo Seminário Teológico Evangélico do Betel Brasileiro (STEBB). Licenciado em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atualmente é professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) na área de Filosofia, com experiência na área de Metodologia da Pesquisa Científica.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2276-3266>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9221381652007451>